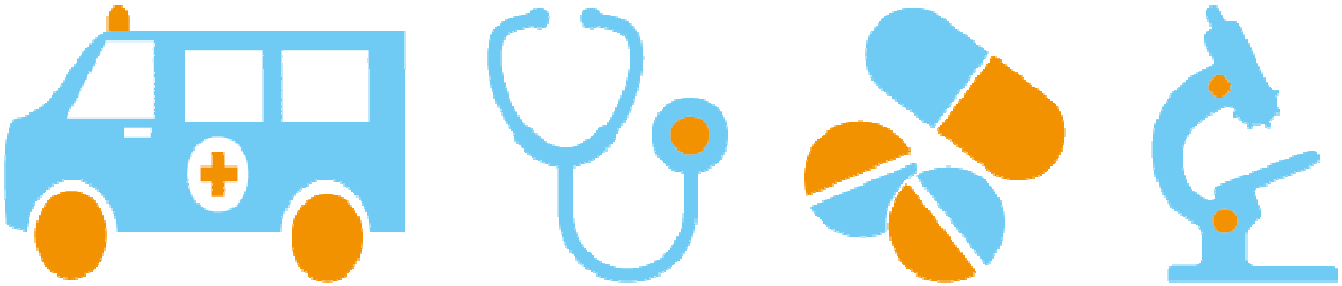
Seminário Controle Social na Saúde

FINANCIAMENTO DO SUS



Conselho Nacional de Saúde

SUS Sistema Único de Saúde

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

O CONTROLE NA

ADMINISTRAÇÃO PÚLICA

- **Controle Interno**
- **Controle Externo**
- **Controle Social**
- **Discussão de casos**

Tipos de controle

Controle Interno	Controle Externo	Controle Social
Legislativo	**Legislativo** c/ apoio do TC	**Institucionais** ✓ Audiências e Consultas Públicas ✓ Conferências ✓ Conselhos de Políticas Públicas ✓ Ouvidorias ✓ Mesas de diálogo ✓ Orçamento Participativo
Executivo	**M. Público**	**Extrainstitucionais** ✓ Manifestações ✓ Redes Sociais ✓ Cidadão ✓ Mídia, Imprensa ✓ ONGs, Observatórios Sociais
Judiciário	**Judiciário**	
Art. 31, 70 e 74 - CF/88	Art. 71, 92 a 126 e 127 a 130 CF/88	Parágrafo único do art. 1° CF/88

CGU

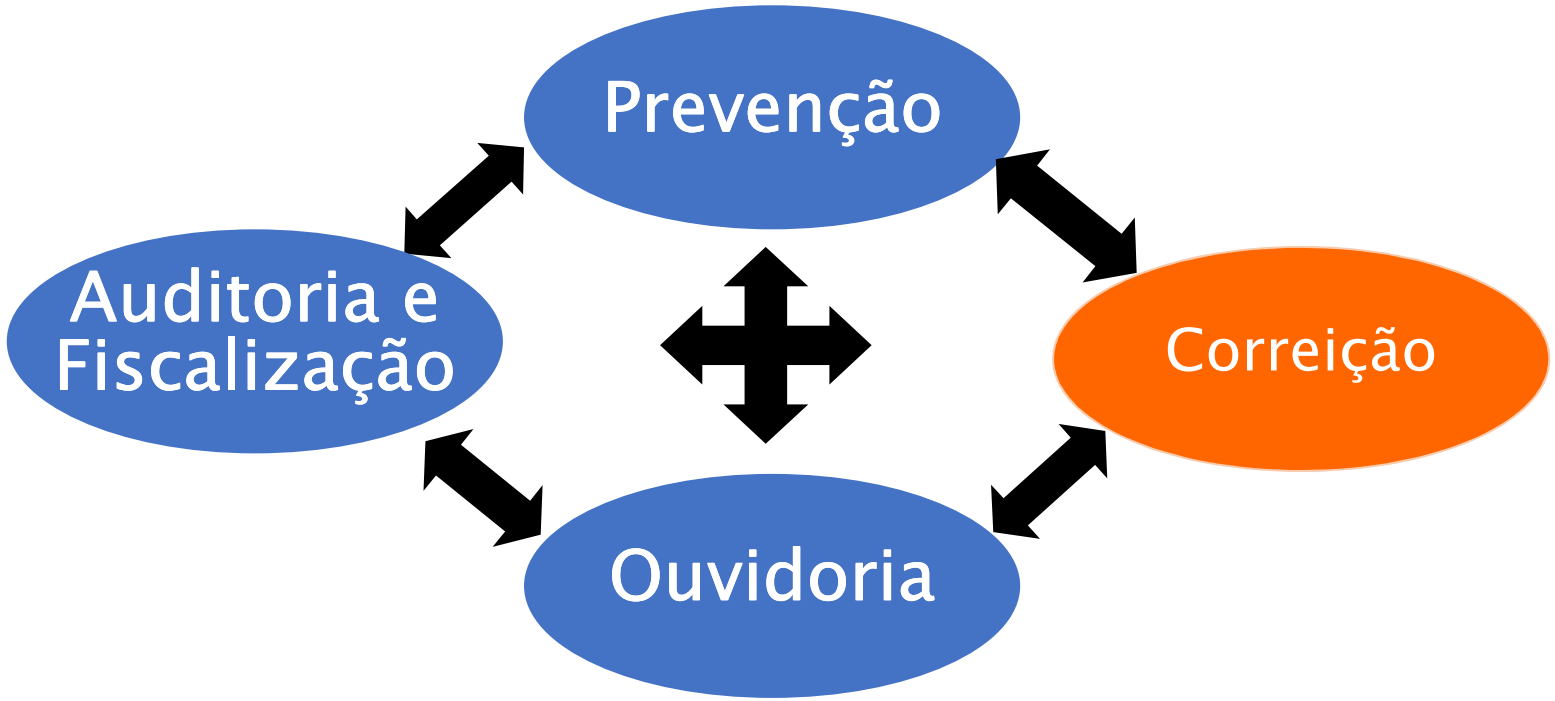
Órgão de Controle Interno Federal

Missão Estratégica

Duas dimensões complementares:

- **1. prevenir e combater a corrupção**
- **2. aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social**

Áreas de atuação da CGU



Correição

Corregedoria-Geral da União

Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal

Responsável por:

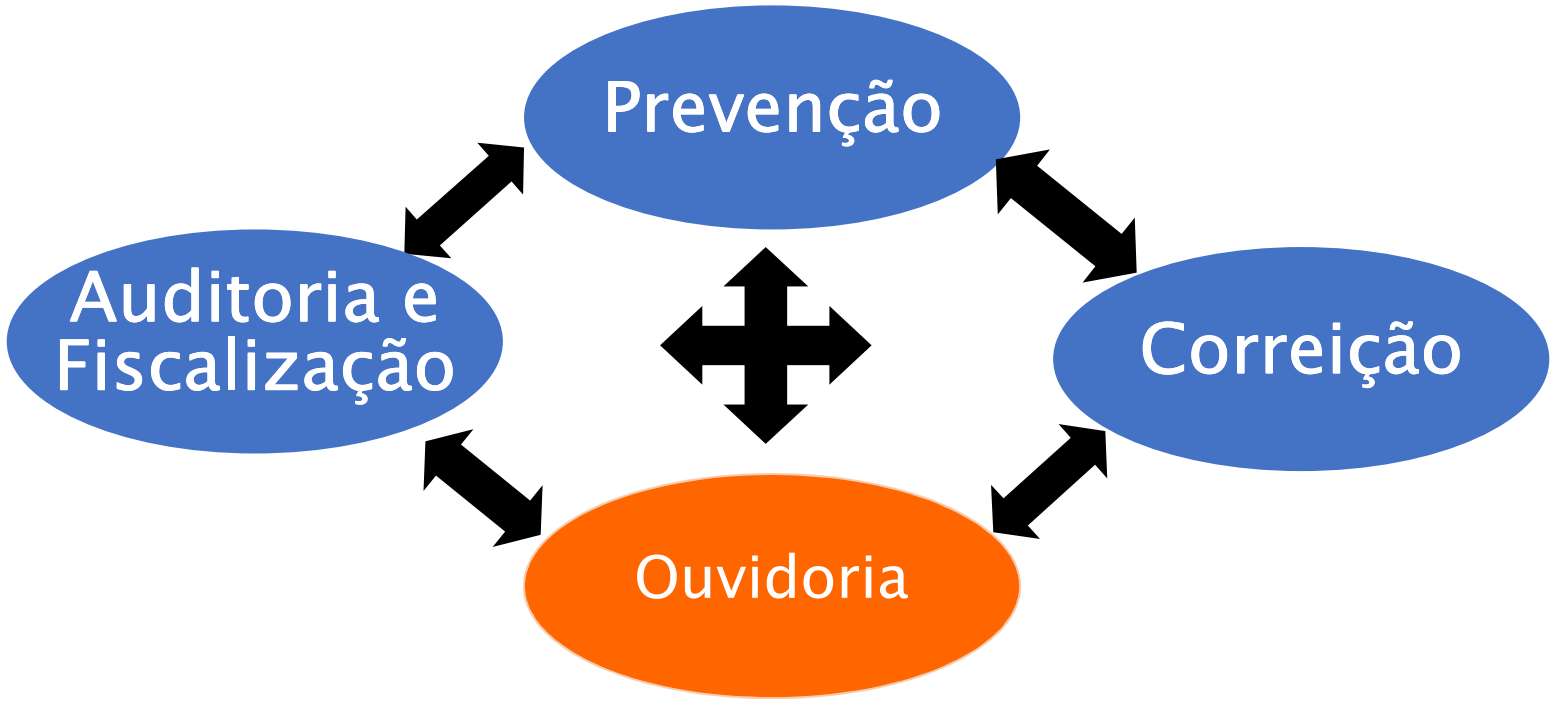
- **Apuração de irregularidades de servidores públicos;**
- **Aplicação de penalidades administrativas;**
- **Capacitação de gestores em PAD (cursos, guias, manuais).**

Correição

Punições 2003- 2017

Punições	TOTAL
Demissão	**5595**
Cassação de Aposentadoria	**549**
Destituição	**570**
TOTAL	**6714**

Áreas de atuação da CGU



Ouvidoria

e-OUV
Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Entrar com Brasil Cidadão
terça-feira, 03/04/2018
Início
Cadastre-se
Municípios
Ouvidorias.gov
Ajuda
Usuário
Entrar
Tipo de manifestação
Destinatário
Identificação e descrição
Conclusão
AJUDA
Qual tipo de manifestação você quer fazer?
DENÚNCIA
RECLAMAÇÃO
SOLICITAÇÃO
SUGESTÃO
ELOGIO
SIMPLIFIQUE
CONSULTE SUA MANIFESTAÇÃO
PERGUNTAS FREQUENTES

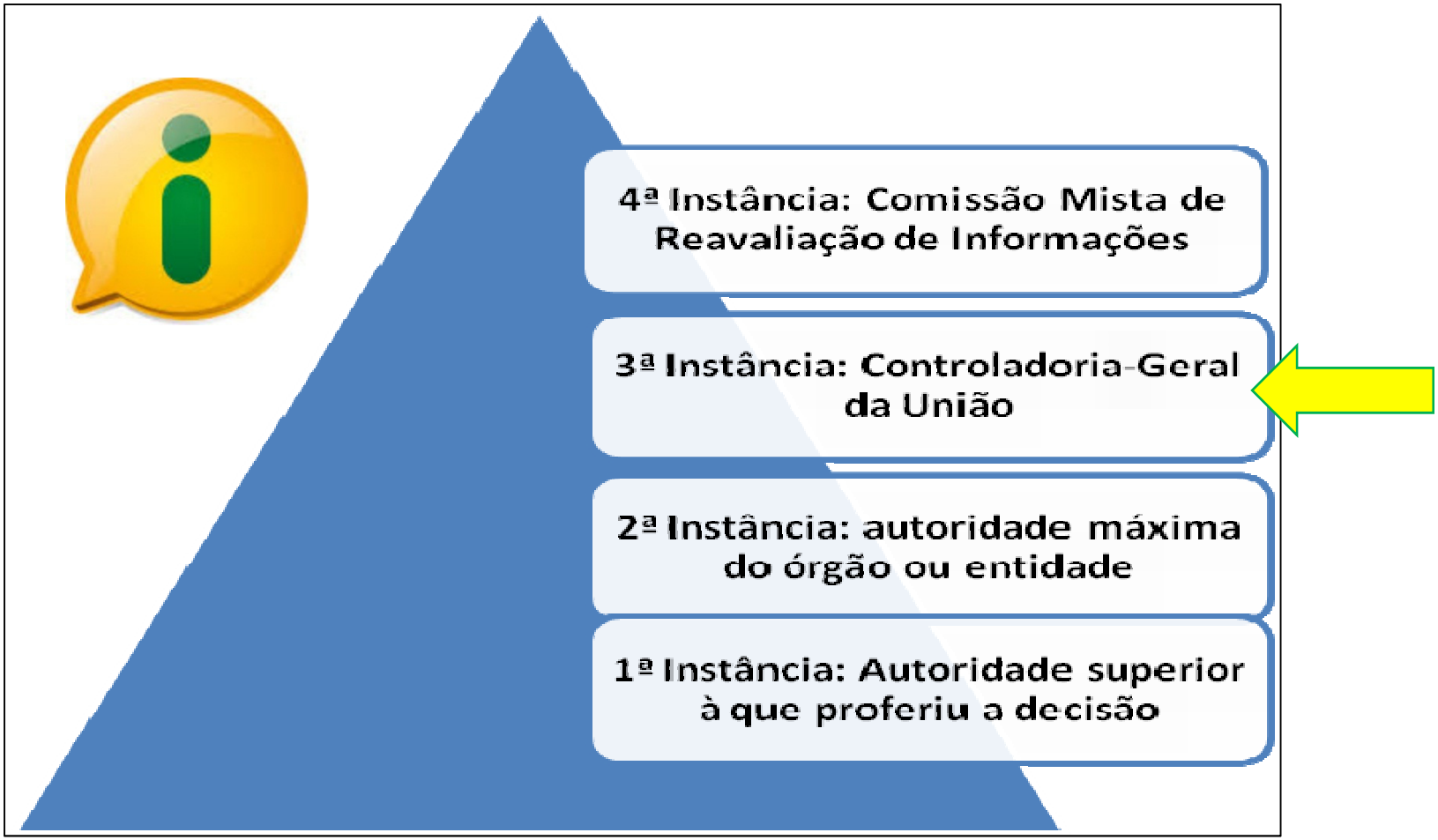
Ouvidoria

- ✓ **TODAS AS MANIFESTAÇÕES DO E-OUV SÃO LIDAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS RESPONSÁVEIS**
- ✓ **TODAS AS MANIFESTAÇÕES SÃO RESPONDIDAS AO CIDADÃO EM ATÉ 30 DIAS, INFORMANDO AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**
- ✓ **QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PODE SE MANIFESTAR**

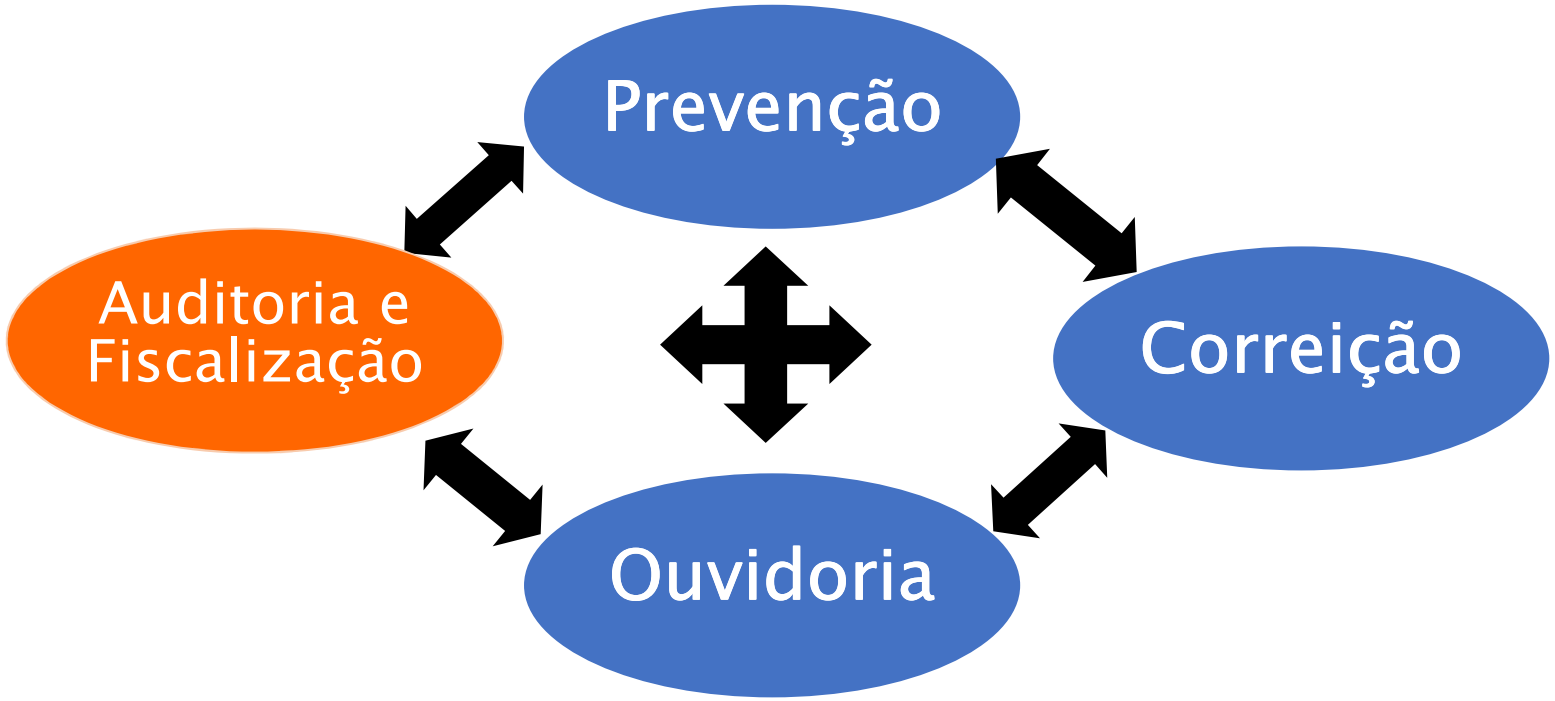
www.ouvidorias.gov.br

Ouvidoria

Recursos da Lei de Acesso à Informação - LAI



Áreas de atuação da CGU

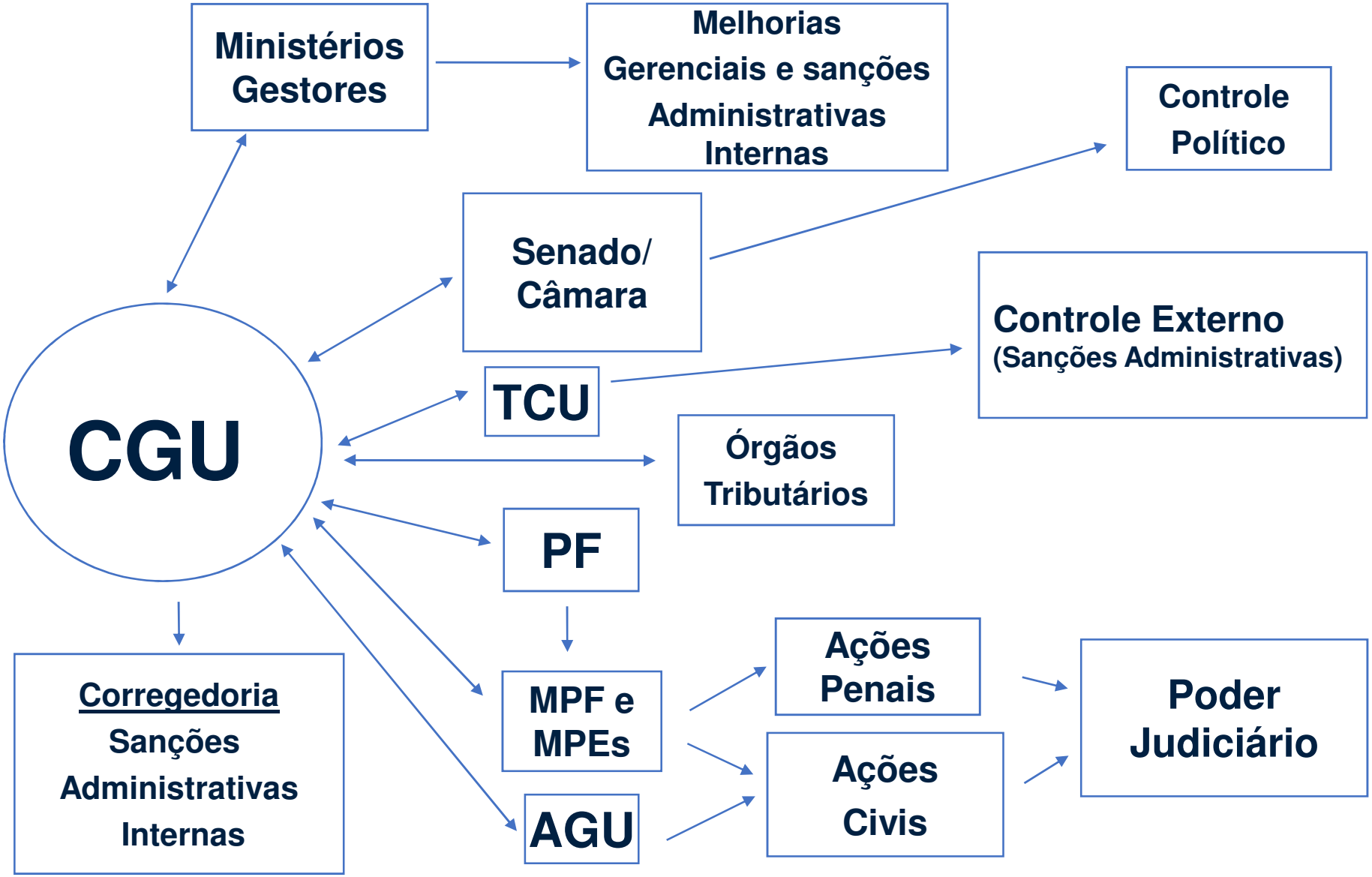


Auditoria e Fiscalização

Formas de atuação da Secretaria Federal de Controle (SFC):

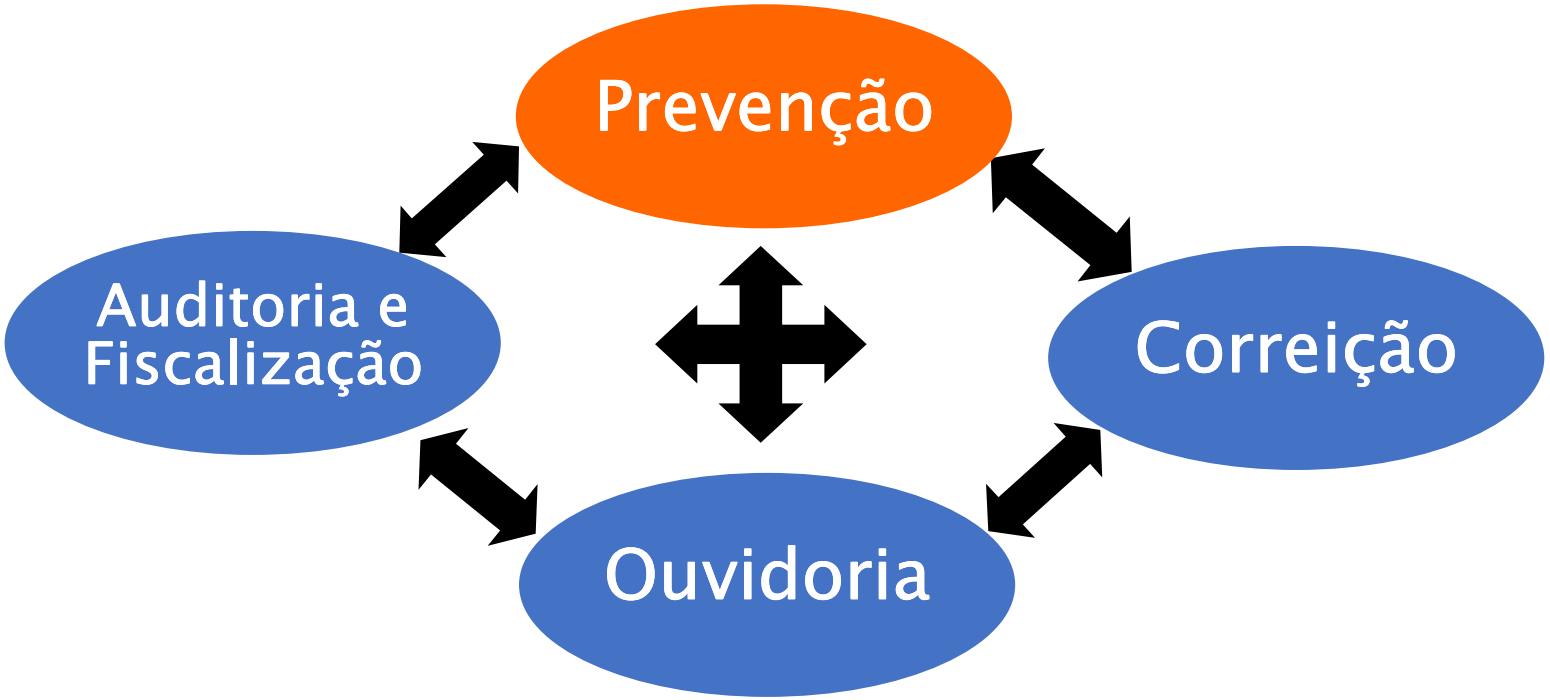
- **Fiscalizações sistemáticas de programas de governo;**
- **Fiscalizações a partir de sorteio público de municípios ou matriz de vulnerabilidades;**
- **Demandas externas (denúncias de cidadãos/demandas de outros órgãos de controle – MPE/MPF/PF/TCU);**
- **Auditorias de avaliação da gestão pública federal;**
- **Auditorias nas aplicações de recursos externos.**

Encaminhamento das Ações de Controle



Operações Especiais

Áreas de atuação da CGU



Prevenção da Corrupção

Fortalecimento da Gestão Pública

BRASIL transparente

Prevenção da Corrupção

Incremento da Transparência

Prevenção da Corrupção

Inteligência

- "Malha fina" da despesa
- Monitoramento das situações atípicas do gasto
- Ferramenta de controle
- Apoio ao gestor público

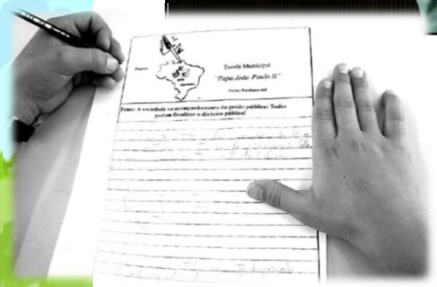
Prevenção da Corrupção

Educação para a Ética e Cidadania

- 400 mil alunos e 13 mil professores

Prevenção da Corrupção

Educação para a Ética e Cidadania



Controle Social

Controle Social
significa o conhecimento, a participação e o controle da sociedade sobre as ações do Estado.

É uma demonstração clara do **exercício da democracia**.

Imagem do portal consciência política
http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/controle-social/

O controle social é entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública.

Contribui para aproximar a sociedade do Estado, abrindo a oportunidade de os cidadãos acompanharem as ações dos governos e cobrarem uma boa gestão pública.

Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

O controle social é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos.

Brasil →

- Grande extensão territorial
- Estrutura sócio-política complexa

↓

É necessário que a fiscalização da aplicação dos recursos públicos seja feita com:

- A ação efetiva e coordenada das instituições de combate à corrupção;
- O apoio da sociedade.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL?

Prevenção da corrupção em complemento aos controles institucionais

Ampliação da qualidade da ação estatal

Disseminação de cultura de participação na gestão pública

Orientação do Estado pela sociedade

O SUS e o Controle Social

Saúde como direito social

Caput do Art. 6º da Constituição Federal

Participação da comunidade como diretriz de organização do SUS.

Inciso III do Art. 198 da Constituição Federal

Participação da comunidade como princípio do SUS.

Inciso 8º do Art. 7º da Lei nº 8.080/1990

Recursos do SUS devem ser depositados em conta especial, movimentados sob fiscalização dos Conselhos de Saúde .

Art. 33 da Lei nº 8.080/1990

O SUS contará com instâncias colegiadas em cada esfera de governo, sem prejuízo às funções do Poder Legislativo:

Conferência de Saúde **Conselho de Saúde**

Art. 1º da Lei nº 8.142/1990

Controle Social na Saúde

Lembrando....a Administração Pública é fiscalizada por meio de:
I - controle externo;
II - controle interno;
III - controle social.

Lei Complementar 141/2012, art.38:
O Poder Legislativo com auxílio dos TC, do Denasus, do CI e do Conselho de Saúde, fiscalizará o cumprimento das normas dessa LC, com ênfase no que diz respeito:
I - à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual;
II - ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
III - à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas nesta Lei Complementar;
IV - às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde;
V - à aplicação dos recursos vinculados ao SUS;
VI - à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde.

Os Conselhos e Conselheiros(as) de saúde têm diante de si um importante papel a desempenhar:

- Articular e potencializar as possíveis redes já estabelecidas e a serem estabelecidas na perspectiva da defesa de direitos dos cidadãos na área da saúde.

Cooperação

- ✓ Com os Conselhos de outras instâncias;
- ✓ Com os Gestores do SUS;
- ✓ Com o Ministério Público;
- ✓ Com os Órgãos de Controle.

Articulação

Competências do Conselho de Saúde

Lei 8.080/1990, Lei Complementar 141/2012,
Decretos Presidenciais e Portarias do Ministério da Saúde.

Principais competências dos conselhos de saúde:

- Estabelecimento de diretrizes para o Plano de Saúde;
- Análise do Relatório Anual de Gestão (Prestação de Contas);
- Fiscalização.

Ao exercer o controle social do SUS, o conselho deve participar da fiscalização e do planejamento das políticas de saúde, propondo a forma de emprego dos recursos destinados a essa área, bem como verificando a conformidade na utilização dos recursos recebidos pelos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.

Que tal, colocar em prática?

https://auditoria.cgu.gov.br/

Ir para o conteúdo 1 Ir para o rodapé 2

Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Use os filtros abaixo para encontrar os relatórios do seu interesse

A Pesquisa de Relatórios tem o objetivo de aumentar a transparência e reunir em um único espaço todos os trabalhos de Controle Interno do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). São relatórios de fiscalização em estados e municípios, auditorias anual de contas, avaliações de programas, entre outros. Na busca, há, ainda, a possibilidade de baixar mais de um relatório pela opção "Baixar selecionados".

Título do Relatório	
Linha de Atuação	Fiscalização em Entes Federativos - Estados
Período de Publicação	até
Ministério(s)	Nenhum selecionado
Órgãos(s)	Nenhum selecionado
Estado(s)	RJ
Município(s)	
FEF(s)	Nenhum selecionado
Palavras-Chave	

Limpar Pesquisar

Denúncia
Reclamação
Solicitação
Sugestão
Elogio
Acesso à Informação

ASSUNTOS

Articulação

AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Ministério da Transparência apura desvios na Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão

Ações Investigativas

Operação Rêmora identifica organização criminosa que causou dano de R$ 18 milhões ao erário

Publicado: 02/06/2017 18h29
Última modificação: 02/06/2017 18h41

Tweetar | Curtir 25

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nesta sexta-feira (2), no Maranhão, da quarta fase da Operação Sermão aos Peixes, chamada Operação Rêmora. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é desbaratar uma organização criminosa acusada de desvios de verbas federais destinadas ao sistema de saúde público do Estado. O prejuízo ao erário é da ordem de R$ 18 milhões.

Saques nas contas

Contratos de Gestão com Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (IDAC) para administração de diversos estabelecimentos de saúde

30/08/2016 13h42 - Atualizado em 30/08/2016 15h28

Operação investiga irregularidades na Santa Casa de S. S. do Paraíso, MG

Organização criminosa fraudaria licitações de compra de equipamentos. Polícia Federal, MPF e MTFC cumprem mandados de busca e apreensão.

Convênio nº793710/2013
R$300.000,00

Descrição	Valor Aquisição (A) R$	Valor SIGEM R$	Valor Mercado (B) R$	Diferença (A-B) R$	Diferença %
Cama Hospitalar Fawler Elétrica	13.500,00	8.000,00	8.900,00*1	4.600,00	51,68
Cama Hospitalar Fawler Mecânica	6.050,00	2.400,00	3.125,00*2	2.925,00	93,6
Monitor Multiparâmetro	21.500,00	16.000,00	16.391,00*3	5.109,00	31,17

Descrição	Empresa CNPJ	Nº Nota Fiscal/ Data	Quant	(A) Valor Total da Aquisição (R$)	(B) Valor Total Pesquisa de Preços (R$)	(A-B) Valor Total Sobrepreço (R$)	Dife-rença %
C E	Hospimetal Ltda 54.178.983/0001-80	9379 17/03/14	5	67.500,00	44.500,00	23.000,00	51,68
C M			10	60.500,00	31.250,00	29.250,00	93,60
Monitor	Clalmedi Ltda 11.819.288/0001-47	528 09/05/14	8	172.000,00	131.128,00	40.872,00	31,17
Total				300.000,00	206.878,00	93.122,00	45,01

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | vídeos

MENU G1 SUL DE MINAS EPTV

30/08/2016 13h42 - Atualizado em 30/08/2016 15h28

Operação investiga irregularidades na Santa Casa de S. S. do Paraíso, MG

Organização criminosa fraudaria licitações de compra de equipamentos.
Polícia Federal, MPF e MTFC cumprem mandados de busca e apreensão.

Santa Casa não comunicou aos Conselhos de Saúde a execução da ação do Convênio

Por meio de documento sem número, e sem data, o provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso apresentou a seguinte manifestação:

"Referente a notificação ao Conselho Municipal de Saúde e ao Conselho Estadual dos convênios firmados, desconhecíamos estes procedimentos, mas o faremos nos próximos convênios.

O Provedor sempre comunica os recebimentos de convênios Federais aos membros da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, que fazem parte do Estatuto do Hospital, as reuniões acontecem mensalmente.".

Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (aquisição de equipamentos)

Emenda Parlamentar – Bloco de Financiamento de Investimentos

Quantidade Aprovada	Quantidade Adquirida	Valor Repassado	Valor Executado
126	46	R$ 3.500.000,00	R$ 3.563.182,24

"Conselho Municipal de Saúde de Xxxxx aprovou a readequação da proposta de aquisição de equipamentos por meio da Resolução nº xx, de 15 de agosto de 2016."

Constatações:

-Alteração nos quantitativos e na destinação dos equipamentos hospitalares adquiridos em relação à proposta aprovada pelo Ministério da Saúde;

-Aquisição de equipamentos hospitalares com superfaturamento no montante de R$ R$1.402.106,59;

-Inexistência de prestação de contas dos recursos recebidos fundo a fundo (RAG somente menciona o recebimento do recurso);

-Pagamento antecipado à entrega de equipamento.

CONSTATAÇÕES FREQUENTES EM RELATÓRIOS DA CGU

1. Programa Assistência Farmacêutica

- ✓ - Condições de armazenagem inadequadas dos medicamentos;
- ✓ - Controles de estoque inexistentes/deficientes;
- ✓ - Falta de medicamentos básicos;
- ✓ - Existência de medicamentos vencidos ou com validade próxima ao vencimento;
- ✓ - Inobservância aos procedimentos referentes ao processo licitatório;
- ✓ - Realização de despesas inelegíveis ao Programa Assistência Farmacêutica;
- ✓ - Aquisição de medicamentos com preço superior ao praticado no Banco de Preços do Ministério da Saúde e/ou outras fontes de consulta;
- ✓ - Fraudes no processo licitatório de aquisição de medicamentos.

CONSTATAÇÕES FREQUENTES EM RELATÓRIOS DA CGU

02. Programa Saúde da Família

- ✓ - Descumprimento da carga horária prevista, pelos Médicos, Enfermeiros e Odontólogos;
- ✓ - Ausência de visitas às residências pelo Agente Comunitário de Saúde;
- ✓ - Ausência de atendimento por médico ou enfermeiro na residência, quando o paciente precisou de atendimento, mas estava impossibilitado de deslocar-se até a Unidade Básica de Saúde;
- ✓ - Equipes de Saúde da família incompletas, isto é, não dispunham de todos os profissionais componentes da Equipe (médico, enfermeiro, odontólogo, auxiliar de enfermagem, Agente Comunitário de Saúde);
- ✓ - Ausência de materiais, equipamentos ou insumos necessários à realização das atividades dos profissionais.

CONSTATAÇÕES FREQUENTES EM RELATÓRIOS DA CGU

03. Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS

- ✓ - Sobrepreço ou superfaturamento na construção das UBS;
- ✓ - Restrições ao caráter competitivo na realização de licitações;
- ✓ - Ausência de critérios técnicos para a escolha da localidade para construção da UBS.

CONSTATAÇÕES FREQUENTES EM RELATÓRIOS DA CGU

04. Gestão da Saúde Municipal

4.1 Atuação do Conselho Municipal de Saúde

- ✓ - Não observância da composição paritária na distribuição das vagas dos Conselheiros;
- ✓ - Reuniões não são realizadas com frequência;
- ✓ - Ausência de capacitações para os Conselheiros;
- ✓ - Não utilização do Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde – SIACS.

4.2 Plano Municipal de Saúde

- ✓ - Estrutura/conteúdo em desacordo com a legislação;

4.3 Relatório Anual de Gestão

- ✓ - Ausência de apreciação do Relatório Anual de Gestão pelo Conselho;
- ✓ - Estrutura/conteúdo em desacordo com a legislação.

EXEMPLO DE RELATÓRIO DA CGU SP - Valinhos

- ✓ **Irregularidades no processo de qualificação de organizações sociais**

Decreto Municipal n.º 8.561 não estipulou procedimento específico de qualificação das Organizações Sociais conduzido de forma pública, objetiva e impessoal mediante a publicidade nos meios de comunicação, minimamente regionais, de forma que fosse viabilizada a competitividade, bem como fosse obtida a melhor proposta de gestão para a administração pública.

Vide Decisão STF,ADIN nº 1.923, referente à Lei nº 9.637/98.

- ✓ **Contratação da obra de adequação do prédio da UPA de Valinhos/SP sem processo seletivo.**

Nos documentos analisados, inclusive no processo de prestação de contas, volume IV "Obras", não havia documento comprovando a realização de processo seletivo prévio a essa contratação, nem mesmo havia documento de formalização de contrato entre Instituto Nacional de Assistência à Saúde e à Educação – Inase e a empresa Paulista Obras e Pavimentação

- ✓ **Pagamentos irregulares relacionados à obra de adequação da UPA.**

Ministério da Saúde já fornece o projeto de construção de UPA, a qual custou R$ 1.500.000,00, e mesmo assim o prédio foi reformado para se adequar as especificações com custo adicional de R$ 800.000,00.

EXEMPLO DE RELATÓRIO DA CGU SP - Valinhos

Quadro - Demonstrativo dos serviços com pagamentos irregulares.

	PLANILHA 01 - SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS QUE FORAM PAGOS					
1.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	Unid	Quant	Pr.MObra	Pr.Mater	S.Total
1.9	Retirada de moldura de gesso	m	928,31	12,40		11.511,04
8.0	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS					
8.1	Pia com tampo em aço inox com expurgo acoplado	unid	1,00	2.035,87	540,40	2.576,27
8.4	Barra de proteção para lavatório	unid	8,00	363,00	99,20	3.697,60
	Total Planilha 01					17.784,91
	PLANILHA 02 - SERVIÇOS JÁ COMTEMPLADOS NO CONTRATO ANTERIOR					
9.0	PINTURA	Unid	Quant	Pr.MObra	Pr.Mater	S.Total
9.1	Tinta acrílica antimofo em massa circul/espera	m²	710,03	5,07	25,00	21.350,60
9.2	Tinta acrílica antimofo em massa amb internos	m²	3.491,82	5,07	25,00	104.999,03
	Total Planilha 02					126.349,63
	PLANILHA 03 - SERVIÇOS PAGOS A MAIOR (Superfaturamento por Quantidade)					
1.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	Unid	Quant	Pr.MObra	Pr.Mater	S.Total
1.8	Retirada de equadrias metálica (Medido/Pago)	m²	132,72			
	Retirada de equadrias metálica (Verificado)	m²	34,92			
	Diferença paga a maior	m²	97,80	43,80		4.283,64
3.0	PISOS					
3.1	Revestimento vinílico esp 3mm (Medido/Pago)	m²	245,86			
	Revestimento vinílico esp 3mm (Verificado)	m²	212,61			
	Diferença paga a maior	m²	33,25	108,04	25,80	4.450,18
6.0	FORROS					
6.1	Forro em fribra mineral acústico (Medido/Pago)	m²	315,05			
	Forro em fribra mineral acústico (Verificado)	m²	212,61			
	Diferença paga a maior	m²	102,44	71,36	12,00	8.539,40
7.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
7.1	Luminárias modul. 62,5x62,5cm (Medido/Pago)	unid	117,00			
	Luminárias modul. 62,5x62,5cm (Verificado)	unid	53,00			
	Diferença paga a maior	unid	64,00	374,56	115,72	31.377,92
	Total Planilha 03					48.651,14
	Total das Planilhas 01 02 e 03					192.785,68
			Total	c/BDI	25,28%	241.521,90

EXEMPLO DE RELATÓRIO DA CGU SP - Valinhos

- ✓ **Equipamentos para UPA incompatíveis com as especificações das notas fiscais apresentadas na Prestação de Contas.**

Verificou-se na inspeção física que havia divergência entre o equipamento que consta da nota fiscal e o equipamento vistoriado na UPA.

Foto 01 – Exemplo de aparelho de raio X Digital.	Foto 02 – Aparelho de raio X da UPA de Valinhos/SP entregue pela Organização Social - OS Inase, Valinhos/SP, 30 de novembro de 2017.

EXEMPLO DE RELATÓRIO DA CGU SP - Valinhos

✓ **Equipamentos para UPA incompatíveis com as especificações das notas fiscais apresentadas na Prestação de Contas.**

Verificou-se na inspeção física que havia divergência entre o equipamento que consta da nota fiscal e o equipamento vistoriado na UPA.

Quadro – Demonstrativo dos valores do equipamento de raio x adquirido vs. recebido.

		EQUIPAMENTO RECEBIDO COM ESPECIFICAÇÃO DIVEGENTE		
Data	NF nº	Empresa	Quantidade	Valor (R$)
17/03/2014	094	E N Kelp Comércio e Produto Hospitalar ME - CNPJ 03985711/0001-50 - com valor total de R$ 255.555,00		
	094	Aparelho de Raio X Digital	1	249.000,00
		Aparelho de Raio X Convecional (Cotação/ Comprasnet)	1	89.900,00
		DIFERENÇA PAGA A MAIOR		159.100,00

OBRIGADO!

MINISTÉRIO DA
TRANSPARÊNCIA E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO